

PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

Vanessa Alves Pereira
Karoliny Vilela Araújo
Jucineide Lima de Almeida Silva

Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES
Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES
Secretaria de Educação do Estado de Goiás – SEDUC-GO

Resumo: O presente trabalho aborda sobre a importância da relação entre a psicologia e a pessoa surda, para entender-se um elo negativo entre discursos que inferem ao público surdo diferenças excludentes. A psicologia, sendo uma ciência que estuda a subjetividade, pode fornecer estudos e conhecimentos que proporcionem a inclusão do sujeito surdo em processo psicoterápico, pois, a construção da inclusão social está intrinsecamente ligada a psicologia. Desse modo, esse trabalho traz uma compreensão sobre a relação entre a psicologia e o atendimento clínico com surdos, traçando caminhos para viabilizar esse estudo. Teve-se como princípio a problemática: será que o psicólogo está apto a atender o público surdo em tratamento psicológico? E para responder tal indagação, utilizou-se a pesquisa de cunho qualitativo, com procedimentos técnicos pautados na pesquisa bibliográfica e norteados pelo objetivo geral: pesquisar sobre as práticas clínicas com pacientes surdos; e específicos: descrever sobre um dos meios de comunicação dos surdos: Libras, e sua relação com a psicologia; identificar meios e estratégias utilizadas pelos psicólogos para assegurar a inclusão e a acessibilidade clínica com pacientes surdos; compreender práticas clínicas psicológicas em pacientes com surdez. É perceptível que a psicologia é uma ciência que está buscando métodos psicoterápicos para atender surdos através de capacitação em Libras, por intermédio do psicólogo, neste sentido é necessário a produção de materiais científicos nesta área para que se possa ampliar o leque de pesquisas sobre questões relativas a surdez.

Palavras-chave: Surdo. Libras. Psicoterapia. Inclusão.

PSYCHOTHERAPY FOR PEOPLE WITH DEAFNESS: A PROCESS

INCLUSION

Abstract: This paper addresses the importance of the relationship between psychology and the deaf person, in order to understand that there is a negative link between the discourses that infer exclusive differences to the deaf public. Psychology, being a science that studies subjectivity, can provide studies and knowledge that provide the inclusion of the deaf subject in a psychotherapeutic process, since the construction of social inclusion is intrinsically linked to psychology. Thus, this work brings an understanding of the relationship between psychology and clinical care for the deaf, outlining ways to make this study feasible. The problem was the principle: is the psychologist able to assist the deaf public in psychological treatment? And to answer this question, a qualitative research was used, with technical procedures based on bibliographic research and guided by the general objective: research on clinical clinics with deaf patients; and specific: described about one of the deaf's means of communication, Libras and its relationship with psychology; identify the means and used by psychologists to ensure inclusion and clinical accessibility for deaf patients; understand psychological clinical practices in deaf patients. It is noticeable that psychology is a science that is looking for psychotherapeutic methods to assist the deaf through training in Libras,

Fonte de financiamento: Nenhum

Conflito de interesse: Os autores declaram não haver nenhum conflito de interesse.

E-mail do autor-correspondência: vanessa.alves@unifimes.edu.br

Data de recebido: 30/10/2020

Data de aprovado: 25/11/2020

Editora: Elisângela Maura Catarino



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e Reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

through the psychologist, in this sense it is necessary to produce scientific materials in this area so that the range of research on issues related to a deafness.

Key words: Deaf, Pounds Language, Psychotheeapy

Como citar o artigo: PEREIRA, Vanessa Alves. ARAUJO, Karoliny Vilela. SILVA Jucineide Lima de Almeida. Psicoterapia para pessoas com surdez: um processo de inclusão. Revista Científica Novas Configurações-Diálogos Plurais, v.1, n.3, 2020.

1. INTRODUÇÃO

Nos dias de atuais, muito se fala sobre o espaço que a psicologia vem ganhando no contexto social, sobre o seu interesse/responsabilidade com a população e sua eficiência em mediar conflitos, promovendo equilíbrio emocional e melhorando a qualidade de vida do paciente. Sendo assim, o psicólogo como profissional da saúde, dedica-se de forma integrada a amenizar conflitos psíquicos apresentados pela população emergente. Sobretudo, é dever do psicólogo defender a inclusão social e promovê-la, para que todos possam se sentir amparados e acolhidos.

Segundo Sasaki (1997), a inclusão é um processo de transformações físicas e culturais, ou seja, a inclusão não perpassa somente por barreiras arquitetônicas, mas também socioculturais, posto isto, a sociedade deve estar preparada para receber todas as pessoas e assim oferecer condições para o desenvolvimento individual e coletivo de cada indivíduo, sendo a psicologia elo primordial nesse processo. É importante frisar, que o processo de inclusão, perpassa por fases históricas, como a exclusão, segregação e integração, e também engloba a necessidade de se romper com as barreiras atitudinais e comunicacionais presentes na sociedade, isso impacta diretamente a vida da pessoa com deficiência, já que sem tais mudanças, o processo de inclusão não acontece de fato. Legislações como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei de Brasileira de Inclusão), por exemplo, garantem legalidade ao acesso e permanência da pessoa com deficiência em todos os espaços, englobando a psicologia (PEREIRA, 2020).

A psicoterapia com surdos está envolta de complexidades, pelo fato de exigir do profissional uma qualificação especializada, tendo em vista que, a maioria, não possui cursos de capacitação para terapeutas trabalharem com surdos, além da ausência de materiais de pesquisas. Outro fator inerente, é a dificuldade apresentada por muitos em aprender Libras, algo que dificultaria o atendimento, caso o terapeuta não a domine. Neste sentido, a não compreensões das diferenças culturais, linguísticas e corporais de pessoas que apresentam disfunção auditiva, pode acarretar problemas na comunicação entre psicólogos, equipes da área da saúde e a Comunidade Surda.

A demanda de pessoas que precisam de psicoterapia é grande, e o profissional da psicologia tem que estar atento as variadas formas de intervenções existentes, pois cada ser humano possui sua particularidade e subjetividade, trazendo consigo problemáticas diferentes. Deste modo, o psicólogo tem que ser flexível e criativo. Pessoas que possuem alguma deficiência, em grande parte dos casos não possui visibilidade pela sociedade, sofrendo com a exclusão. Percebe-se que com o surdo, foco do nosso estudo, não é diferente. Nesse contexto, estaria o psicólogo apto a trabalhar com o público surdo em tratamento psicológico? Por essa razão, faz-se relevante desenvolver o presente artigo, tendo como principal ideia, compreender o processo terapêutico e alguns



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

meios de intervenções psicológicas, pautadas nas necessidades dos pacientes com surdez.

Assim, o estudo desenvolve reflexões sobre as fragilidades existentes em que o psicólogo enfrenta neste contexto, destacando a importância de um profissional qualificado para o atendimento humanizado do público em questão, por meio da Libras e a psicoterapia, além de abordar práticas clínicas psicológicas para pessoas surdas e por fim as considerações finais.

2. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E A COMUNICAÇÃO COM PESSOAS SURDAS

O processo de comunicação entre indivíduos vai muito além de uma linguagem verbal, existem diversas formas de interações, cuja intenção é se transmitir uma mensagem. Dentre esses meios, existem signos, códigos, regras, expressões, gestos, sinais, que tem significados cuja função é propiciar um entendimento igualitário ao objetivo, ou seja, a linguagem difere o homem dos animais irracionais.

É essencial enfatizar, que a Libras, é uma língua e não uma linguagem, já que possui todos critérios e estruturas inerentes a isso, e, usa de modalidade visual-espacial, sendo independente dos sistemas orais, acabando com o mito de achar que a língua de sinais é subordinada a língua oral (QUADROS, 1997).

Conforme aponta Brito e Dessen (1999), a identificação precoce da perda auditiva em uma criança, se faz crucial para o processo de adaptação do indivíduo ao meio, quando identificada rapidamente, a sintonia entre a comunicação, torna-se mais fácil para ambos, possibilitando-os uma linguagem e comunicação satisfatória.

Seres humanos tem a necessidade de se comunicarem e se expressarem, seja qual for ela a maneira, destarte, entende-se a importância dos meios de comunicação para o desenvolvimento pedagógico, psicológico, histórico, antropológico e sociocultural do indivíduo em desenvolvimento. Cruz e Lopes (2007), caracterizam a comunicação como um processo de inclusão. Para se comunicar, o indivíduo deve estar incluído no seu meio como agente participativo da história, caso contrário será um indivíduo isolado e excluído da sociedade.

O meio de comunicação do Surdo, a Língua Brasileira de Sinais, representa um papel expressivo na vida deste público, além de um direito linguístico, pois, ela fornece condições necessárias para a construção das relações culturais e interpessoais. Ou seja, propiciar atendimento com a língua de sinais, como principal instrumento para o desenvolvimento dos aspectos cognitivos do indivíduo, é fundamental para a educação do mesmo (ALVES; FRASSETTO, 2015).

Não se sabe ao certo quando surgiu a língua de sinais, mas acredita-se que ela fora desenvolvida por pessoas que conseqüentemente tinham alguma disfuncionalidade auditiva. Almeida (2013), nos traz que, possivelmente a língua de sinais fundou-se na mesma época ou até mesmo antes da linguagem oral. Afirma ainda, que a compreensão da língua de sinais como universal é um mito, pois, cada país, de acordo com a sua cultura, possui uma língua de sinais específica e representada por sua sigla.

Para Prado (2008), a língua de sinais não é universal devido a particularidade de cada um ao modo de comunicar-se, influenciado pela sua própria cultura. Desse modo, entende-se que cada povo possui sua singularidade em linguagem, de acordo com suas necessidades. O contexto em que o surdo está inserido, produz o seu modo próprio de comunicação, sua própria língua de sinais. No Brasil, a sigla que representa a Língua Brasileira de Sinais é a Libras, nos EUA, Língua de Sinais Americana (ASL), na França, Língua de Sinais Francesa (LSF), em Portugal, Língua Gestual Portuguesa (LGP) e assim por diante.

Pereira e Lourenço (2017), se posicionam dizendo que cada deficiência manifesta na sociedade



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

comportamentos, reações, inquietações e preconceitos diferentes. O processo educacional, em atendimento da demanda social de inclusão, vivencia problemas devido às questões de “normalidade” cobradas pela sociedade, porém, a educação é um caminho que proporciona entender a individualidade, possibilitando a solução de tal complexidade e garantindo os direitos dos mesmos através da lei, como um instrumento legal.

Strobel (2008), menciona que possibilitar a comunicação inclusiva aos surdos, respeitando seu direito linguístico, sua língua materna e comunicação, remete uma reflexão sobre como a educação chega a esse indivíduo, pois a base da comunicação começa na educação formal.

A educação é exercício de cidadania, bem como a garantia de seus direitos, destarte, leis como Declaração Mundial de Educação Para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra pessoas com Deficiência (1999), foram movimentos que abraçaram a inclusão, garantindo os direitos de todos, respeitando, valorizando e acolhendo as características singulares de cada sujeito.

No Brasil, a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) se deu em abril de 2002, pela Lei n.10.436, que mais tarde veio a ser regulamentada pelo decreto 5.626/2005. A oficialização da Libras, nos reflete a importância e o poder de uma língua para a formação da identidade de uma comunidade, como no cenário das pessoas surdas, aqui motivo do nosso estudo. Percebe-se então, que a luta pelo movimento dos direitos e deveres do surdo percorre alguns anos, tal iniciativa influencia diretamente na construção da identidade do sujeito; de como ele se percebe e como ele é percebido na sociedade.

De acordo com Barroso (2013), cada ser humano possui sua individualidade e suas limitações, pensar em Libras é diferente de pensar em português. Na sociedade em que vivemos, o surdo é ensinado desde criança a pensar em português, diferentemente do ouvinte, que na maioria das vezes tem dificuldade e pouco interesse em pensar sobre a Libras, e, conseqüentemente não consegue entender a mesma, pelo fato do arranjo gramatical da língua de sinais ser de origem visual-espacial. Neste contexto, a forma de comunicação fica fragilizada e acabam-se utilizando sinalizações improvisadas, que não são adequadas.

Barroso (2013), ressalta a importância sobre a inserção da Língua Brasileira de Sinais nos cursos de graduação, como ponto primordial para a inclusão, principalmente em cursos da área da saúde. O aumento da disciplina de Libras nas grades curriculares das universidades, possibilita aos acadêmicos contato direto com o mundo do Surdos, visto que esse, por muitas vezes, passa despercebido pelos alunos durante a graduação, neste viés o conhecimento da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação geram recursos satisfatórios para surdos e ouvintes.

Comunicar é participar de forma ativa na vida do sujeito, na da área da saúde, existe uma carência muito grande de profissionais habilitados para atender esse público, por isso, pacientes que tem essas disfunções, acabam se sentindo isolados justamente no espaço onde deveria haver inclusão, neste sentido fica visível a necessidade de atuação de profissionais habilitados e receptivos para promoverem um acolhimento estável. Chaveiro et. al (2010), afirma que habilidades de comunicação são essenciais no amparo e na assistência de qualquer paciente, compreender a pessoa surda é firmar vínculo para que ela se sinta à vontade e consiga de fato ser atendida de forma inclusiva.

Cruz e Lopes (2007), afirmam que o atendimento psicológico busca amparar o paciente, escutar aquilo que não se é dito, observando acima de tudo o código de ética. É dever do psicólogo respeitar a integridade e dignidade do sujeito, assim o psicólogo adquire bagagem para promover ações que possibilitem a inclusão deste



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

público no contexto social e clínico.

Os desencontros linguísticos, também apresentam dificuldades na área da psicologia, em atendimentos psicoterápicos, a não compreensão da língua de sinais pode acarretar em achismo, porém, a psicologia como fonte de acolhimento, ganha espaço e deve utilizar de recursos terapêuticos para a melhoria e o bem estar do sujeito, neste sentido cabe ao profissional capacitar-se para que essa comunidade seja atendida adequadamente.

3. A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E SUA RELAÇÃO COM A PSICOTERAPIA

A Comunidade Surda, utiliza da Libras como meio de comunicação oficial, implementada pela Lei de nº 10.436, de 24 de abril de junho de 2002, a partir de então a Libras passa a assumir um papel significativo no meio, pois, a oficialização desta, deu voz a Comunidade Surda e ademais passam a serem reconhecidos pela sua luta. A língua de sinais já existia, mas a partir de então, se tornou positivada.

A Lei nº 10.436/02, estabelece a respeito da Língua Brasileira de Sinais - Libras:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, LEI Nº 10.436/02).

A partir de tal pressuposto, a Libras é reconhecida como uma língua, de modo oficial em todo o país, o que automaticamente demonstra a necessidade do ensino dessa língua ser disseminado em toda sociedade, para garantir acessibilidade linguística para toda Comunidade Surda.

Em 2015, foi aprovada a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/15), que ficou conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, trazendo diversas inovações em termos de direitos, como a questão da acessibilidade comunicacional e de espaços preparados para receber toda a diversidade, com igualdade de direitos e oportunidades em todos os locais.

Quando se fala no processo psicoterápico com surdos, Rosa (2017) se posiciona dizendo que o psicólogo tem como objetivo fazer o acolhimento ao sofrimento da pessoa surda, possuindo como ferramenta a psicoterapia, que amplia os recursos necessários, auxiliando no enfrentamento de seus conflitos internos. Cabe ao profissional, realizar adequações e adaptações no cenário clínico, sendo essas necessárias para atendimentos humanizados.

Buzar (2015), destaca que utilizar uma psicologia específica para surdos acarretaria estereótipos contribuintes para deficientizá-los, com isso acabaria por excluí-los do processo de comunicação. O autor compreende que usando uma psicologia exclusiva, acabaria por focalizar na disfunção do paciente, porém, a intenção da terapia é acolher o mesmo sem nenhum preconceito ou estereótipos estabelecidos pelo terapeuta ou pela sociedade.

Segundo Bisol, Simioni e Sperb (2008), deve-se olhar o sujeito a partir de uma determinada situação e não o tratar como doente, já que o foco deve estar nas suas preocupações, na sua subjetividade, no seu



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

sofrimento e não na cura da sua patologia.

Como já dito, a Língua Brasileira de Sinais é o meio oficial de comunicação dentro da Comunidade Surda, e, com isso o psicólogo possui garantia de uma melhor interação, podendo oferecer um trabalho de escuta qualificada. Mas a grande questão, são as dificuldades enfrentadas pelo profissional nesta área. Muitos possuem dificuldade em aprender a língua de sinais, e, caso o profissional não a domine, a compreensão de ambos ficará fragilizada e o atendimento pode não ser eficaz.

Neste contexto, é dever do psicólogo trabalhar de forma integrada a inclusão desse público nas dimensões biopsicossociais, pautadas nas práticas interdisciplinares, ou seja, o atendimento deve chegar de forma leve ao paciente para fluir de maneira natural, com isso o atendimento acontecerá de forma adequada, alcançando o paciente de maneira satisfatória para ambos.

Pereira e Lourenço (2017, p.10) afirmam que: “apesar de alguns profissionais tentarem algumas maneiras de se comunicar gestualmente, gestos estes que não equivalem a língua de sinais, é extremamente clara a dificuldade de compreensão desta comunicação para o surdo”. Sendo assim, compete ao profissional sempre estar em contato com os surdos, qualificando-se e fazendo-se parte do seu mundo, compreendendo sua cultura e identidade, além da necessária motivação, dedicação e paciência, pois, independente da abordagem terapêutica escolhida, o terapeuta deverá estar ciente sobre a necessidade de conscientização cultural nessa comunidade.

Outro fator questionável é a presença de um intérprete no atendimento clínico, um fator ético específico desse público, a presença de um terceiro no *setting* terapêutico pode quebrar o sigilo que é estabelecido pelo código de ética do psicólogo, disposto no artigo 2º, alínea d, (2005/2018), que veda ao psicólogo de acumpliciar-se com pessoas que possam exercer ilegalmente a atividade psicológica, como por exemplo um intérprete de cunho familiar, que poderá estender intervenções psicológicas com o paciente fora do *setting* terapêutico, além da dificuldade que o surdo pode emergir em falar sobre o seu sofrimento com uma outra pessoa em cena (BOCK, 2005).

Sabe-se que o profissional intérprete também está subordinado a um código de ética, no exercício de sua profissão, porém, como já citado, a presença de um terceiro indivíduo pode interferir no resultado final, caso o surdo não se sinta à vontade no diálogo. Em caso de um intérprete que não é profissional, como por exemplo amigos ou familiares, a situação se agrava, por não termos certeza de que esse indivíduo tem conhecimento ou que cumprirá esse código de ética.

Conforme Pereira e Lourenço (2017), o profissional da psicologia é exigido pela prática, uma formação específica para realização do atendimento com o público não ouvinte, inclusive uma ética que respeite seu próprio mundo intersubjetivo. A Libras, juntamente com uma estimulação adequada, propicia melhor interação entre surdos e ouvintes. Desse modo, pode-se entender que um psicólogo com capacitação em língua de sinais, poderá atender a demanda dos surdos e também de suas famílias.

Segundo Ramires, Barreiro e Peluso (2016), a chegada de uma criança surda na família traz impactos psicológicos significativos para os membros da mesma, o diagnóstico pode refletir aos pais a desconstrução de sonhos idealizados, acarretados de ódio, ansiedade, negação, frustração, preocupações, e outros, passando pelo período de luto. Entende-se que um suporte emocional, amenizaria características como: instabilidade emocional, insegurança e medos; sentimentos esses que afetariam negativamente a vida da família e do próprio sujeito surdo.

Anauate e Amiralian (2007), propõe que uma intervenção precoce com os pais, abre espaço para maior



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

ajustamento social da criança surda, possibilitado um contato adequado com a realidade para que seja aceito com suas diferenças. O autor ainda traz que se a criança se sente desconfortável em seu meio, geram-se angústias que a longo prazo acarretariam vários problemas. Neste cenário, é fundamental que os pais sejam preparados a permitir que as crianças sejam elas mesmas, espontâneas e originais. Acredita-se que uma intervenção proporcionada aos pais/cuidadores, amenizaria conflitos decorrentes da aceitação da deficiência.

A família é o primeiro contato social que o indivíduo tem, sendo assim, quanto mais cedo a família obtém-se de recursos que elevam a interação entre si, terão condições de estimularem o desenvolvimento da criança, bem como o sentido de aceitação da deficiência. Portanto, o olhar da psicologia sobre a família do surdo, torna-se fator importante, pois, a qualidade entre a interação família-surdo, diz muito sobre os impactos da dinâmica familiar na vida do paciente.

4. PRÁTICAS CLÍNICAS PSICOLÓGICAS COM PACIENTES SURDOS

Diante as diversas lutas enfrentadas para assegurar os direitos dos surdos, entende-se a importância da Libras como veículo apropriado para o desenvolvimento psicossocial e linguístico do sujeito. No referente as práticas clínicas, o psicólogo tem a Libras como principal ferramenta, pois, tais instrumentos se mostram imprescindíveis na troca de informações, visto que, o diálogo poderá ficar fragilizado, caso o terapeuta não domine a técnica e precise de um intérprete mediando as sessões. Sendo assim, o psicólogo deve promover a inclusão desse paciente em clínica, se conscientizando sobre os aspectos culturais e resguardando o sigilo profissional.

Por trabalhar questões referentes a singularidade e a subjetividade do sujeito, o psicólogo busca através do contato direto estabelecer vínculos com o paciente, e, quando este já está estabelecido, o paciente se sente confortável para trabalhar questões relacionadas a sua saúde mental. Caso haja um mediador nessa troca, o paciente não se sentirá confortável e o vínculo poderá não acontecer, além dos prejuízos que podem emergir, como por exemplo: vergonha, sensação de humilhação e inferioridade, insegurança, retraimento, constrangimento e outros, diante o intérprete (SOUZA, 2013).

De acordo com Gonçalves (2011), apenas uma pequena parcela desta população tem acesso a psicoterapia, conforme o autor, há demandas, mas não há profissionais capacitados, o serviço não é disponibilizado pelo governo e a maioria não tem condições financeiras de manter o atendimento.

A oferta de profissionais com essa especialidade é precária, conforme aponta Souza (2013), poucos profissionais tem vontade de trabalhar na área, por conta dos desafios e dificuldades encontradas, o psicólogo que se habilita a esta modalidade não pode se limitar as técnicas fixas e estruturadas, pois, nessa demanda, o profissional deverá reduzir as barreiras da comunicação de maneira aprimorada para oferecer ao paciente acesso a saúde mental.

No contexto psicológico, as práticas clínicas precisam ser pensadas e reajustadas a partir das necessidades do paciente, as estratégias de intervenções devem ser atraentes para o indivíduo surdo, ao modo que ele se sinta confortável e incluso no ambiente. A forma como o psicólogo se dispõe ao paciente, diz muito sobre a dinâmica terapêutica abordada, e, a maneira como ele transmite a informação ao surdo, influencia diretamente no diálogo, pois o surdo consegue identificar e expressar sentimentos e emoções pela intensidade



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

da expressão facial e corporal, diferentemente do ouvinte, que consegue identificar pela entonação da voz. Então, o psicólogo deve estar atento quanto a isso, para perceber tais diferença na fala do surdo, que se dá por meio da Libras com expressões faciais e corporais para com ele, e, vice-versa.

Nesse sentido, Rosa (2017) defende que caso o psicólogo queira utilizar-se do divã como ferramenta, não seria viável, pois o mesmo dificultaria a interação entre paciente e terapeuta, já que estes devem estar um de frente para o outro, para que se possa estabelecer um canal de comunicação mais eficiente, ou seja, visual. A atenção psicológica, consiste no cuidado com a prática, o sigilo deve estar evidente ao paciente, seja em quaisquer condições, contudo, é necessário promover adaptações ao cenário psicoterápico para se adequar ao todo. Neste segmento, Neves (2008, p. 43) aponta:

A utilização de cortinas nas janelas da sala de atendimento, aparece como alternativa para preservar o sigilo, pois impede que se enxergue o que é sinalizado dentro da sala. Combinações com o paciente sobre avisar por mensagem quando chega à sessão ou a existência de um sinal de luz na sala de espera também são apontadas como possíveis adaptações.

O atendimento psicológico é algo que busca centrar o indivíduo, trabalhar suas questões pessoais, suas dificuldades emocionais, intelectuais, e outros, com isso, existe uma gama de condições e peculiaridades que o psicólogo que atende uma pessoa surda tem que se atentar, já que a estruturação do ambiente influencia diretamente no processo terapêutico e com isso pequenas mudanças fazem total diferença, principalmente pela relação ser visual.

De acordo com Gonçalves (2019), existem alguns procedimentos básicos para diagnóstico e tratamento do paciente, a entrevista inicial segue uma estrutura mais flexível, em um modelo semiestruturado, a anamnese com a presença de um responsável, se possível a mãe, proporciona oportunidade para colher alguns dados importantes para a iniciar o atendimento. A presença de um responsável seria para fazer alguns levantamentos referentes a gestação, nascimento, infância e outras informações que o paciente surdo talvez não saiba. Segundo o autor, no atendimento psicológico é preciso considerar algumas características existentes no paciente, como por exemplo o nível de capacidade auditiva, idade, período de aquisição da linguagem, nível de oralidade (caso exista), nível socioeconômico, ambiente familiar, preferências sexuais e envolvimento com drogas.

Nos dias atuais, a maioria das pessoas tem acesso à internet, usam celulares, computadores, televisões, tablets e afins; com isso, o psicólogo pode aproveitar o uso dessas tecnologias para ampliar seu canal de comunicação e intervenções.

Para Gonçalves (2019), utilizar materiais de origens visuais, como desenhos, mapas, vídeos e imagens, é uma estratégia bastante eficaz para a pessoa com surdez, que tem grande memória visual. O acesso a essas ferramentas, além de promover diversão, permite ao terapeuta observar padrões de comportamentos em seu paciente, desenvolvimento cognitivo, habilidades, níveis de frustração, interação, coordenação motora e outros. Para Peres (2003), técnicas projetivas se tornam um instrumento bastante apropriado para se usar com este público em questão, o uso de testes permite ao terapeuta obter uma investigação ampla e global da personalidade do indivíduo. O autor menciona sobre o uso do teste HTP (House-Tree-Person) desenvolvido por Jhon N. Buck em 1948, como um grande aliado na busca de aprimoramento das estratégias no desenvolvimento socioafetivo. Este teste, busca avaliar fatores referentes a personalidade, a forma como o indivíduo se vê como ele se relaciona com o mundo.



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

O instrumento, de fácil aplicação, é interpretado a partir de desenhos e grafismo, com isso viabiliza o aparecimento de importantes aspectos do psiquismo e comportamentos, visto que, trabalhar de forma lúdica favorece a elaboração de conflitos e conseqüentemente a amenização deles.

Muito usado no campo da psicologia, o psicodrama desenvolvido pelo médico romeno Jacob Levy Moreno, é uma técnica que busca proporcionar ações de dramatização no cenário, o paciente tem a experiência de representar seus dramas e vivenciá-los, acarretando uma nova visão de si e do ambiente. Durante a interpretação, o terapeuta tem a oportunidade e perceber alguns sintomas específicos do paciente (FILIINI, 2014).

De acordo com Filiini (2014, p. 16):

O psicodrama é um método de ação profunda, pois lida diretamente com as relações interpessoais, bem como as ideologias do paciente. Neste contexto, o psicodrama como uma técnica de intervenção, ajudaria os pacientes surdos na elaboração e resolução de conflitos psíquicos.

A imersão do psicólogo a Cultura Surda é essencial a sua prática, não basta apenas saber Libras, de acordo com Neves (2008), o terapeuta tem que mergulhar no universo surdo, bem como estar sempre em contato com essa comunidade, se mantendo presente, já que estamos falando não só de outra língua, mas também em outra cultura e identidade.

Neste cenário, entende-se que é improvável compreender a demanda singular do paciente, se o psicoterapeuta não estiver em constante envolvimento social, se familiarizando na esfera grupal do surdo, pois, cada surdo é diferente. Isso posto, o psicólogo deve associar-se a grupos de pesquisa, sempre em desenvolvimento intelectual, de modo a contribuir para a formação da psicologia em meio ao campo científico, efetuando práticas a partir de uma perspectiva mais humanizada, desenvolvendo a capacidade de problematizar e buscar soluções para os problemas encontrados, tendo em vista seu compromisso social, possibilitando ao Surdo, expressar suas emoções, sentimentos, pensamentos e tudo aquilo que o assola ou incomoda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que a psicoterapia é prática que possibilita ao paciente expressar seus pensamentos, sentimentos e sintomas, entende-se que ela, como mediadora dos conflitos psíquicos, deve-se configurar acessível a todas as pessoas. No contexto clínico, a psicologia olha para o sujeito de forma singular e acolhedora, levando em consideração a intersubjetividade do sujeito e suas diferenças.

A inclusão da pessoa surda no âmbito clínico, ainda é pouco discutida, no decorrer do trabalho evidenciou-se a precariedade de profissionais que atendem esse público, seja pela dificuldade em aprender Libras ou por não ser constante o contato com a Comunidade Surda, elementos estes, indispensáveis para a prática. O direcionamento da ciência para atender essa demanda, se faz muito importante, pois existem poucos estudos acerca do assunto. Destarte, fica claro a importância do envolvimento e interesse por parte dos psicólogos, para que se cumpra o papel de profissional da saúde, apropriando-se do que for necessário para promover a inclusão.

A prática com esse público, requer ações que possibilitem aproximações visuais, ou seja, as expressões faciais e corporais fazem parte da comunicação em Libras e estão dentro da perspectiva humanizada, pois, deve-se sempre pensar na inclusão como um direito e meio afetivo. As adaptações do cenário devem ser pensadas e



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

reajustadas.

Portanto, conclui-se tais reflexões acerca do atendimento psicológico para surdos, mas deixa-se em aberto direcionamentos para possíveis reflexões e pesquisas futuras, a fim de aprimorar o embasamento teórico e prático: as dificuldades financeiras enfrentadas por muitos surdos, para o acesso a psicoterapia, não seriam alvo de uma política pública que proporcionasse acesso ao atendimento na rede pública de saúde? Salienta-se também, que a imersão de uma prática mais atenciosa, que atenda às necessidades de diferentes grupos, nas grades curriculares das faculdades, possibilita emergir nos futuros profissionais, experiência em diferentes contextos e culturas, viabilizando desenvolvimento de empatia e respeito às condições éticas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wolney Gomes. **Introdução à Língua Brasileira de Sinais**. Letras Vernáculas, 2013.
- ALVES, Elizabete Gonçalves; FRASSETTO, Silvana Soriano. **Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas**. Aletheia, n. 46, 2015.
- ANAUATE, Carla; AMIRALIAN, Maria Lúcia. **A importância da intervenção precoce com pais de bebês que nascem com alguma deficiência**. Educar em Revista, n. 30, p. 197-210, 2007.
- BISOL, Cláudia A.; SIMIONI, Janaína; SPERB, Tânia. **Contribuições da psicologia brasileira para o estudo da surdez**. Psicologia: reflexão e crítica, v.21, n. 3, p. 392-400, 2008.
- BOCK, Ana Mercedes Bahia. **CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICOLOGO**. XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia, Brasília, agosto de 2005.
- BRASIL, Lei nº 10.436/02 - **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e da outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 03 de jan. 2021.
- BRASIL, Lei nº 13.146/15. **LBI - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 03 mar. 2020.
- BRASIL, Lei nº 5626/05 - **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 03 fev. 2021.
- BRITO, Angela Maria Waked de; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral**. Psicologia: reflexão e crítica, v. 12, n. 2, p.429-445, 1999.
- BUZAR, Edeilce Aparecida Santos. **Da Libras ao Silêncio: Implicações do olhar winnicottiano aos sujeitos surdos em sofrimento psíquico grave**. Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19809/3/2015_EdeilceAparecidaSantosBuzar.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2020.
- CHAVEIRO, Neuma et al. Atendimento à pessoa surda que utiliza a língua de sinais, na perspectiva do profissional da saúde. **Cogitare Enfermagem**, v.15, n. 4, 2010.
- CRUZ, Mafalda Luzia Coelho Madeira; LOPES, Vanessa Marques. Inclusão social do deficiente auditivo: uma reflexão do atendimento do psicólogo na internação hospitalar. **CES Revista**, v. 21, p. 191-202, 2007.
- FILIPINI, Rosalba. **Psicoterapia psicodramática com crianças: Uma proposta sociocêntrica**. Editora Agora, 2014.
- GONÇALVES, Paulo Cesar da Silva. **Atendimento Psicológico para Surdos**, 2011.
- _____. **Atendimento Psicológico aos Surdos**. Psicologado, [S.l.]. (2019). Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuaocao/psicologia-clinica/atendimento-psicologico-aos-surdos>. Acesso em: 17 de fev. 2021.



PSICOTERAPIA PARA PESSOAS COM SURDEZ: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

NEVES, Juliana Torres Porto das. **Psicoterapia Psicanalítica com pacientes surdos**: um estudo qualitativo sobre características e adaptações técnicas da prática. Repositório UFRGS – Lume, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/188898>. Acesso em 25 fev. 2021.

PEREIRA, Bianca Aparecida Marques; LOURENÇO, Lélío Moura. SURDEZ E PSICOLOGIA CLÍNICA: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA. **Revista Psicologia.pt**, 2017.

PEREIRA, Vanessa Alves. **Inclusão Escolar: histórico e análise das garantias legais da pessoa com deficiência**. Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais, Luziânia, v. 1, n.1, p. 21-33, 2020.

PERES, Rodrigo Sanches. O desenho como recurso auxiliar na investigação psicológica de crianças portadoras de surdez. **Psic: Revista da Vetor Editora**, v. 4, n. 1, p. 22-29, 2003.

PRADO, Sílvia de Cásia Serenini. **Guia de estudo – Libras: Língua Brasileira de Sinais**. Varginha: GEAD-UNI/MG, 2008.

QUADROS, R.M. **Educação de Surdos – Aquisição da Linguagem**. 1ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

RAMIRES, Cristhiene Montone Nunes; BRANCO-BARREIRO, Fátima Cristina Alves; PELUSO, Érica Toledo Piza. Fatores relacionados à qualidade de vida pais de crianças com deficiência auditiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 3245-3252, 2016.

ROSA, Patrícia da. **No encontro intercultural, o encontro terapêutico**: prática clínica com surdos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2003>. Acesso em: 04 de mai. 2020, 2017

SASSAKI, R. Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. 5ed. Rio de Janeiro. Editora WVA. 1997.

SOUZA, Manuela Santos. **Utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no Atendimento aos Surdos como Forma de Humanização da Psicologia**, 2013. Disponível em: <https://psicologado.com.br/psicologiageral/introducao/utiizacao-da-lingua-brasileira-de-sinais-libras-no-atendimento-aos-surdos-como-forma-de-humanizacao-da-psicologia>. Acesso em: 03 de jan. 2021.

STROBEL, KARIN LILIAN. (2008). Surdos: Vestígios Culturais não registrados na História. Tese (Doutorado) – **Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação**. Programa Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91978/261339.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 set. 2020.

Informações sobre os autores:

VAP: Mestranda em Educação pela UEMS (2020). Especialista em Libras - Educação Especial pela Faculdade FAEL (2019). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá (2017). Bacharel em Direito pela Faculdade FAMP (2018). Licenciada em História pela UEG (2020). Graduanda em Letras – Libras pela Faculdade Única (2021). Professora/intérprete no Col. Est. Prof.ª. Alice P. Alves, Mineiros-GO e Professora no Centro Universitário de Mineiros-UNIFIMES. E-mail: vanessa.alves@unifimes.edu.br.

KVA: Bacharel e licenciada em Psicologia do Centro Universitário de Mineiros – Unifimes. Pós-graduando em Psicologia Perinatal pelo Instituto Materonline (2021). E-mail: karoliny.vilela23@hotmail.com

JLAS: Especialista em Libras pela Fael (2012) e especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional pela FAEC (2018). Graduanda em Letras – Libras pela Faculdade Única (2021). Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Mineiros-UNIFIMES (2004). Professora efetiva na rede municipal de Mineiros (2007), atuando como Coordenadora Pedagógica no Ensino Especial – APAE/Mineiros. Professora efetiva da SEDUC/GO (2007), atuando como Intérprete de Libras e Profissional de Apoio Pedagógico da educação inclusiva, no Col. Est. Prof.ª. Alice P. Alves, Mineiros-GO. E-mail: jucineide.almeida@seduc.go.gov.br

Contribuições dos autores: (MRS; KVA; JLAS) conceitualização, captação de recursos, supervisão, redação.